

Ofício "S" nº 8, de 2011

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Iniciativa:

Ementa:

Comunica ao Senado Federal que, na sessão plenária de 23 de fevereiro de 2011, conheceu e deu provimento, no mérito por unanimidade do Recurso Extraordinário nº 379.154, e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052 de 1983.

Assunto: -
Data de Leitura: 15/03/2011

Tramitação encerrada

Decisão:	Transformada em Projeto de	Último local:	-
Destino:	-	Último estado:	08/03/2013 - TRANSFORMADA EM PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Matérias Relacionadas:

Projeto de Resolução do Senado nº 13 de 2013

Despacho:

15/03/2011 (despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

10/06/2011 (anexado o Ofício-STF nº 90, de 2011)

null

Anexação

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Demóstenes Torres (encerrado em 12/04/2012 - Redistribuição)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (encerrado em 06/03/2013 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

08/03/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: TRANSFORMADA EM PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Ação: Leitura do Parecer nº 97, de 2013-CCJ, relator Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos de Projeto de Resolução que apresenta.
Anunciado o recebimento do Ofício nº 9, de 2013, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Ofício nº S/8, de 2011, concluindo pelo Projeto de Resolução nº 13, de 2013.

Publicado no DSF Páginas 8616-8617

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 8595-8601

07/03/2013 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura de parecer da CCJ.
Juntada, às fls. 47 e 48, legislação citada no parecer.

07/03/2013 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 18hs17.

07/03/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

06/03/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 2ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer ao OFS nº 8, de 2011, relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Anexei o Ofício nº 9/2013- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

06/03/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

19/12/2012 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido nesta Comissão, às 18 horas e 37 minutos, o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com voto pela apresentação de Projeto de Resolução.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

17/10/2012 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para emitir relatório.

11/04/2012 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido às 18 horas e 22 minutos pelo Senador Demóstenes Torres, para redistribuição.

Matéria aguardando designação de Relator.

TRAMITAÇÃO

10/06/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido nesta Comissão.

Encaminhado ao gabinete do relator, Senador Demóstenes Torres, para emitir relatório.

10/06/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Ofício nº 90, de 2011, na origem, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 379.154, que declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do artigo 14 do Decreto-Lei nº 2.052, de 1983 (contribuição do PIS-PASEP). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 23071

09/06/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Juntado, às fls. 6/38, Ofício nº 40, de 2011, do STF, encaminhando documentação referente à matéria.

Encaminhado ao Plenário.

19/04/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Aguardando documentação do STF.

14/04/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste órgão às 17h.

14/04/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo gabinete do Senador Demóstenes Torres, a pedido.

Matéria encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para juntada de documentos.

24/03/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Demóstenes Torres, para emitir relatório.

17/03/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta comissão.

Matéria aguardando designação de Relator.

15/03/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

TRAMITAÇÃO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da presente matéria.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 6879-6883

15/03/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Aguardando leitura.

15/03/2011 SF-PLLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 05 (cinco) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLSF.

DOCUMENTOS

OFS 8/2011

Data: 15/03/2011

Autor: Supremo Tribunal Federal

Local: null

Descrição/Ementa: Comunica ao Senado Federal que, na sessão plenária de 23 de fevereiro de 2011, conheceu e deu provimento, no mérito por unanimidade do Recurso Extraordinário nº 379.154, e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052 de 1983.

Avulso inicial da matéria

Data: 15/03/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da presente matéria.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Avulso inicial da matéria

Data: 15/03/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da presente matéria.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relatório Legislativo

Data: 19/12/2012

Autor: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido nesta Comissão, às 18 horas e 37 minutos, o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com voto pela apresentação de Projeto de Resolução.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

DOCUMENTOS

Parecer

Data: 06/03/2013

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 2ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer ao OFS nº 8, de 2011, relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Anexei o Ofício nº 9/2013- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

P.S 97/2013

Data: 08/03/2013

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura do Parecer nº 97, de 2013-CCJ, relator Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos de Projeto de Resolução que apresenta.

Anunciado o recebimento do Ofício nº 9, de 2013, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Ofício nº S/8, de 2011, concluindo pelo Projeto de Resolução nº 13, de 2013.